



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO**  
**PSICOSSOCIAL**

**MARIA ALICE DE CARVALHO ECHEVARRIETA**

**CONSTITUIÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL COMO PROPOSTA**  
**DE ATUAÇÃO CRÍTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR**

**FLORIANÓPOLIS**

**2022**

MARIA ALICE DE CARVALHO ECHEVARRIETA

**CONSTITUIÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL COMO  
PROPOSTA DE ATUAÇÃO CRÍTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração de Atenção e Reabilitação Psicossocial como requisito para a titulação de mestra em Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Cord.

FLORIANÓPOLIS  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Echevarrieta, Maria Alice de Carvalho  
CONSTITUIÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL COMO  
PROPOSTA DE ATUAÇÃO CRÍTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR / Maria  
Alice de Carvalho Echevarrieta ; orientadora, Denise Cord,  
2022.

41 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde,  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção  
Psicossocial, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. 2. Psicologia  
Escolar Crítica. 3. Equipe Multiprofissional. 4. Análise  
Institucional. I. Cord, Denise. II. Universidade Federal  
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental  
e Atenção Psicossocial. III. Título.

Maria Alice de Carvalho Echevarrieta

**Constituição de uma equipe multiprofissional como proposta de atuação crítica em psicologia escolar**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Leandro Castro Oltramari, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Simone Vieira de Souza, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em Saúde Mental e Atenção Psicossocial

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profª. Dra. Denise Cord. Orientadora

**Florianópolis, 2022**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha orientadora Denise, que além de ter aceitado fazer esse caminho comigo quando faltavam poucos meses para a qualificação de um projeto que ainda não existia, acompanhou com muita doçura e compreensão muitos outros eventos que aconteceram na minha vida nesse período. Obrigada por ter me ajudado a não desistir e a enxergar potencialidades nas minhas escolhas e palavras.

Agradeço aos meus queridos amigos Emília, Marcelo, Luiz, Ana, Vanessa, Jéssica, Demi e Leandro que construíram comigo um processo de formação acadêmica belíssimo e rico em debates, embates, levantes, risadas, vinhos, cervejas e muitos afetos e bons encontros. Obrigada por terem sido apoio incondicional também nesses anos do mestrado.

Agradeço ao meu melhor amigo Luiz com quem compartilhei muitos momentos difíceis e incríveis, muitas plantas, apartamento, que me conhece como ninguém, que me ajudou a seguir em frente muitas vezes e com o mestrado não foi diferente, mesmo a gente não morando mais tão pertinho. Obrigada por todo o suporte e paciência!

Agradeço ao meu melhor amigo Marcelo pelos muitos cafés, conversas e piras pelos bancos da UFSC, almoços no restaurante universitário e batuques dos mais altos e diversos. Obrigada por trazer toda essa música para minha vida.

Agradeço as amigadas de luta que me ensinaram muito e com quem compartilhei quilômetros de caminhadas em manifestações, por construir espaços onde a indignação e a movimentação produzem sentimentos de esperança e solidariedade. Obrigada pela inspiração e pela oportunidade de construir junto.

Agradeço a minha família pelo incentivo a conhecer coisas novas e a ir em frente nas minhas decisões, além de ter me recebido com muito carinho toda semana para que eu pudesse frequentar as disciplinas do Programa.

Agradeço ao Wally por sido um grande companheiro nesse processo, pela horas e altas horas de escuta e paciência, pela amizade, amorosidade e por ter caminhado de mãos dadas comigo até aqui. Obrigada pelo amor e pela poesia.

Agradeço a minha psicanalista que me acompanhou no processo de escrita e no sofrimento envolvido ali, me ajudando a reconstruir essa relação.

Agradeço as professoras que acreditaram em mim durante o meu processo de escolarização e que priorizaram minhas potencialidades ao invés das dificuldades. Com certeza ter chegado até aqui contou com o trabalho e dedicação de vocês.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, onde passei grande parte dos melhores anos da minha vida por ser um espaço potente, cheio de vida e diversidade, que mesmo sob muitos ataques me possibilitou o privilégio de uma formação crítica e implicada, além do encontro com pessoas incríveis presentes na minha vida até hoje.

Agradeço ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela oportunidade de pensar sobre a prática profissional e melhorar cada vez mais os serviços à população e agradeço também aos colegas da turma 2018.2 por terem sido grandes parceiros em discussões e apoio mútuo.

Agradeço às professoras Apoliana e Lígia e ao professor Leandro pela participação e pelas contribuições feitas com muito cuidado e carinho na banca de qualificação. Agradeço também às professoras Simone e Raquel e novamente ao professor Leandro por terem aceitado participar da banca de defesa, um momento muito importante para mim.

Agradeço as entrevistadas e também colegas de trabalho por terem se disposto prontamente a contribuir com essa pesquisa, sinalizando a importância dessa ação para nossa própria atuação e trajetória.

“A ajuda autêntica, não é demais insistir, é aquela em cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar. Somente numa tal prática, em que os que ajudam e os que são ajudados se ajudam mutuamente, é que o ato de ajudar não se distorce em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado.”  
Paulo Freire – Cartas à Guiné-Bissau (1978, p. 11)

## RESUMO

A atuação em psicologia escolar no Brasil orienta-se principalmente pelo documento “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica”, elaborado pelo CFP em conjunto com o CREPOP em 2013 e atualizado em 2019. Estas referências foram elaboradas com intuito de basilar ética e politicamente a prática profissional das psicólogas nos espaços escolares, visto que historicamente a inserção da psicologia como profissão no campo da educação privilegiou a abordagem clínico-terapêutica dos fenômenos escolares. Por considerar que o acesso às referências não garante percursos profissionais criativos, autônomos, não-medicalizantes, buscou-se cartografar o processo de constituição de uma equipe multiprofissional, atuante em uma rede municipal de educação no Estado de Santa Catarina, Brasil, da qual a pesquisadora faz parte. O estudo foi desenvolvido a partir da metodologia da pesquisa-intervenção e reflexões orientadas pela Análise Institucional. Utilizou-se como ferramentas para a pesquisa-intervenção a entrevista de manejo cartográfico por considerá-las um instrumento potente para o acompanhamento de processos e possibilitar o acesso às experiências compartilhadas por meio da fala, desvendando novos territórios existenciais e processos de subjetivação tanto da trabalhadora-pesquisadora quanto das demais entrevistadas. Concluiu-se que o processo de constituição de uma equipe multiprofissional é contínuo, na medida em que se institui, há de se manter instituinte. Do mesmo modo necessitará de processos constantes de reflexão conjunta acerca das áreas de conhecimento atuantes na equipe, tendo em vista que a institucionalização pode produzir cristalizações despotencializadoras de novos processos de subjetivação e consequentemente de novas estratégias de atuação/intervenção.

Palavras-chave: Psicologia Escolar Crítica; Equipe multiprofissional; Análise Institucional



## ABSTRACT

The professional practice of school psychology in Brazil is mainly guided by the document “Technical References for the Role of Psychologists in Basic Education”, elaborated by the CFP in collaboration with CREPOP in 2013 and updated in 2019. These references were prepared with the aim of basing ethics and politically the professional practice of psychologists in school spaces, since historically the insertion of psychology as a profession in the field of education aimed mainly at the clinical-therapeutic approach to school phenomena. Considering that access to such references do not guarantee creative, autonomous, non-medicalizing professional conducts, we sought to map the process of constitution of a multidisciplinary team, working in a municipal education network in the State of Santa Catarina, Brazil, of which the researcher is part. The study was developed from the research-intervention methodology and its reflections guided by Institutional Analysis. The cartographic management interview were used as tools for the intervention research, considering it a powerful instrument for monitoring processes and enabling access to shared experiences through speech, uncovering new existential territories and subjectivation processes for both the worker-researcher and the other interviewees. It was concluded that the process of constitution of a multidisciplinary team is continuous, as it is instituted, it must remain instituting. Likewise, it will require constant processes of joint reflection on the areas of knowledge that are active in the team, considering that institutionalization can produce depotentializing crystallizations of new subjectivation processes and, consequently, of new action/intervention strategies.

Keywords: Critical School Psychology; Multiprofessional team; Institutional Analysis

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>2 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	17
3.1 OBJETIVO GERAL .....	17
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
<b>4 DESENVOLVIMENTO</b> .....	18
4.1 ARTIGO – CONSTITUIÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL COMO POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO CRÍTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR .....	18
<b>4.1.1 Resumo</b> .....	18
<b>4.1.2 Abstract</b> .....	18
<b>4.1.3 Resúmen</b> .....	19
<b>4.1.4 Introdução</b> .....	19
<b>4.1.5 Metodologia</b> .....	22
<b>4.1.6 Resultado e Discussão</b> .....	25
<b>4.1.7 Considerações Finais</b> .....	33
<b>4.1.8 Referências</b> .....	35
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40

## 1 APRESENTAÇÃO

Quando entrei para o curso de Graduação em Psicologia na UFSC em 2012, fiz uma trajetória de estudos e ações principalmente voltadas às questões de gênero, reforma psiquiátrica e luta antimanicomial com participação em coletivos e grupos, além de constantemente participar de movimento estudantil e movimentos sociais.

Quando me formei em 2017 era difícil vislumbrar os caminhos que iria seguir, de modo a colocar em prática os conhecimentos apreendidos durante esse período. Por isso decidi permanecer na academia por meio da licenciatura em psicologia.

Em 2018 com algumas ideias e projetos mais elaborados apostei na ideia de dar continuidade aos estudos e reflexões lá da graduação, assim, em agosto do mesmo ano passei no processo seletivo do programa de mestrado e dei início a um projeto relacionado às temáticas mencionadas.

Concomitantemente ao processo de inserção no programa de mestrado profissional, havia realizado algumas tentativas em concursos públicos no Estado. Dois meses depois, após ter me inserido no mestrado, fui convocada a ocupar uma vaga como psicóloga em uma rede municipal de educação em Santa Catarina o que passou a ser um grande desafio por ser meu primeiro emprego como psicóloga e mais ainda por ser na área da educação, tendo em vista as problemáticas que já havia conhecido no período da graduação e por não ter realizado estágios nessa área, o que evidenciou certa fragilidade no processo de formação com relação a psicologia educacional/escolar. Com isso, alguns questionamentos retornaram, agora voltados para a área da educação e me perguntava: como colocar em circulação uma prática profissional coerente, uma prática crítica, um saber a favor da vida, da liberdade e da autonomia?

No início de 2019 a professora que orientava meu projeto deixou o Programa, provocando a necessidade de buscar outra professora orientadora, e foi aí que a professora Denise aceitou traçar comigo um novo caminho. Digo novo caminho porque o projeto anterior não fazia mais sentido para mim, o que fazia sentido naquele momento era buscar pensar sobre a atuação profissional em psicologia escolar e a minha própria atuação. Com isso, a proposta do projeto se aproximou cada vez mais dos objetivos dos programas de mestrado profissional, que visam aprimorar o processo de formação de profissionais que estão atuando em diferentes âmbitos, com bastante ênfase para aqueles que atuam em políticas públicas. Ou seja, pensar a prática

profissional a fim de aprimorá-la, qualificá-la, para contribuir com transformações econômicas e sociais.

Construímos um projeto que objetivava experimentar modos de intervenção não patologizantes e medicalizantes em psicologia escolar que promovessem junto a outros profissionais e atores da comunidade escolar reflexões conjuntas sobre as queixas produzidas no âmbito escolar. Com isso, objetivamos também propor um modo de atuação em psicologia escolar para o contexto de trabalho no qual eu estava me inserindo.

Devido aos percalços impostos pela pandemia e também às mudanças que estavam ocorrendo no meu ambiente de trabalho, campo da pesquisa, os caminhos que havíamos desenhado para a execução da pesquisa-intervenção precisaram ser redesenhados.

Assim, esta pesquisa manteve seu objetivo essencial de propor pistas para a atuação crítica em psicologia escolar no contexto da rede municipal de educação, em conjunto com outras profissionais, protagonistas tais como esta pesquisadora, no processo de constituição de uma equipe multiprofissional. Entendendo que não existem receitas prontas para a atuação, buscou-se levantar pistas para orientar também outros profissionais inseridos no âmbito escolar para uma atuação a serviço da garantia de direitos e da vida.

Com os resultados da pesquisa foi elaborado um artigo como produto e será submetido a comunidade científica por meio da revista “TES - Trabalho, Educação e Saúde (online)”, de avaliação QUALIS B1, no intuito de contribuir com reflexões e processos de inserção profissional de outros (as) colegas.

## 2 INTRODUÇÃO

No século XVIII com as transformações econômicas e sociais advindas da ascensão do capitalismo, cresce a valorização da individualidade e intimidade, em consonância com a ascensão do ideário liberal. Um novo processo de subjetivação possibilita que os indivíduos se tornem *livres*, voltados a si e não mais aos seus senhores feudais. As esferas públicas e privadas passam a demarcar, de maneira complementar, a vida social. Nesse entendimento, podemos afirmar que a vida privada passou a ser soberana, *livre* de intervenções, e à vida pública se resguardavam os caracteres conservadores de comportamento.

Para Figueiredo (1997) esse indivíduo, ao tornar-se *livre*, visto que não há mais um regime de escravidão/servidão, perde condições de proteção e relações de solidariedade e de produção autossuficientes, anteriormente organizadas de forma coletiva. Sua liberdade é, senão ambígua, negativa. O indivíduo é livre para produzir ou vender sua força de trabalho, porém em uma condição de desamparo. Ele passa a se preocupar com seus interesses e vontades individuais, em detrimento da coletividade. Agora, assim como os êxitos, os sofrimentos também se tornam responsabilidade individual.

Nesse cenário, concomitantemente, ocorre a expansão do saber médico-psiquiátrico, especialistas no reajustamento desses indivíduos à “normalidade”, para a produtividade, inseridos adequadamente em uma sociedade supostamente igualitária *em direitos e oportunidades*. Rocha e Aguiar (2003) reforçam que no processo de consolidação do capitalismo surgem novos espaços e outros existentes se modificam seguindo a racionalidade do investimento individual.

A psicologia como ciência surge nesse tempo, que é marcado, principalmente, por dois eventos: a Revolução Industrial, com o crescimento do capitalismo e o aprofundamento da experiência subjetiva individualizada, e o surgimento do Romantismo, com seu culto ao “eu” subjetivista e essencialista (Figueiredo, 1997). Baseando-se em uma suposta neutralidade, muitos profissionais acreditavam tratar apenas de uma realidade interna, como se a subjetividade fosse algo substancial constituído descoladamente daquilo que é histórico e social. Faz-se então uma naturalização e reprodução de subjetividades dominantes (Rodrigues, 2000).

Nesse sentido, o saber psicológico atravessa diversas instituições como ferramenta importante na disciplinarização dos corpos, e como ciência psicológica, passa a reivindicar um

lugar dentro das instituições e da produção de normatizações. Foucault (1987) entende as disciplinas como constituintes de um dispositivo disciplinar e como métodos para o controle dos corpos, visando a docilidade e a utilidade. Elas operam por meio de técnicas e rituais de verdade, projetando um ideal regulatório de um indivíduo saudável e disciplinado. Assim como no campo da saúde, a psicologia inseriu-se nas instituições educacionais com pressupostos higienistas, no intuito de ajustar as condutas desviantes.

Amparadas pelo discurso e por uma instrumentalização positivista, certas práticas furtaram-se de uma compreensão crítica, focada na realidade sócio histórica dos sujeitos, e se protegeram com o mito da neutralidade. Amparadas por abordagens individualizantes, práticas psicológicas disciplinadoras ajudaram a construir estereótipos e estigmas sociais a serviço da construção do imaginário social meritocrático liberal de responsabilização dos sujeitos pelas suas condições psicológicas e sociais.

Para Coimbra e Leitão (2003), a crença nas essências expressa duas características do funcionamento capitalista: a meritocracia e a psicologização da vida social. Para as autoras, a meritocracia implica na responsabilização do indivíduo pelo o que é e o que faz, atribuindo toda a sua capacidade e eficiência. A psicologização diz respeito ao esvaziamento político do cotidiano por meio das explicações psicológico-existenciais para os acontecimentos na vida do indivíduo. Com isso, “as relações de opressão, as explorações, as diversas formas de dominação são invisibilizadas e atribuídas ao território do psicológico, fazendo parte do psiquismo e da vida interior do sujeito” (Coimbra & Leitão, 2003, p. 12).

Para Rolnik e Guattari (1996), o capitalismo engendra os modos como as relações humanas se dão, desde como se trabalha, como se ama, até como se ensina e aprende. Para os autores essa ordem fabrica nossa relação com o mundo e com nós mesmos, produzindo uma subjetividade capitalística, uma ordem capitalística, que opera na realidade do mundo, bem como, na realidade psíquica.

Por obra das teorias de desenvolvimento infantil e aprendizagem, a psicologia ocupou um lugar importante na construção das políticas públicas da educação, tanto nas políticas progressistas para uma transformação social, quanto em políticas públicas que favoreceram perspectivas e grupos hegemônicos. Isso se dá na medida em que algumas teorias de aprendizagem atribuem de forma reducionista os problemas educacionais ao processo psíquico individual das crianças e/ou a questões familiares (Zucolotto, 2018).

No âmbito da atuação profissional, a psicologia inseriu-se nas escolas majoritariamente através dos conhecimentos e da abordagem clínica, tendo como pressupostos uma perspectiva essencialista, individualista e adaptacionista, que, na tentativa de explicar e mensurar os fenômenos escolares, contribuiria para a discriminação e medicalização<sup>1</sup> de grupos sociais por meio do discurso psicologizante e dos testes psicológicos (Lima, 2005). Essa inserção produziu um lugar que hoje se encontra *instituído*.

As instituições são dimensões onde as relações se constituem, são produzidas e produtoras dos modos de vida e dos sujeitos. Compõem os sistemas de regras que determinam a vida (Lapassade, 1983). Nesse sistema de regras existem determinações do que é certo e errado, do que é socialmente aceito e até o que é indiferente. O movimento que produz, que gera a instituição, é o processo instituinte, mobilizado por forças de caráter revolucionário e produtivo que tem como resultado o instituído. Este tem o papel de ordenar as atividades sociais essenciais e regular os valores coletivos, e se abertos às transformações podem ser eficientes; entretanto, o instituído tende ao conservadorismo e a resistência às transformações (Baremlitt, 2002).

A partir da década de 80 esse modelo instituído de atuação em psicologia escolar passou a ser questionado e denunciado no Brasil. Pesquisadoras como Maria Helena Souza Patto e Marilene Proença de Souza deram um pontapé fundamental na produção de análises críticas da história da psicologia e da educação e se tornaram referências na área (Tanamachi & Meira, 2003).

Patto (1990) e Souza *et al.* (2014) sustentam que o “fracasso escolar” é produto da escola, logo, consideram que a discussão precisa ser feita sobre o processo que constitui aquele que fracassa. Para isso, deve-se levar em consideração que a origem do mau rendimento escolar está em questões macroestruturais do sistema capitalista, articuladas as políticas educacionais e, portanto, “não pode ser tratado como um fenômeno individual e descontextualizado das relações institucionais, pedagógicas, sociais e culturais” (Souza et al, 2014, p.124).

Althusser (1980) aponta a escola como um lugar de grande responsabilidade na construção da visão de mundo do indivíduo, tendo em vista o longo período que este percorre pelas instituições escolares. Essa visão de mundo está principalmente relacionada à legitimação

---

<sup>1</sup> Para o Grupo de Trabalho Educação e Saúde (2015) do Fórum sobre Medicalização da Educação e Saúde a Medicalização é entendida como o “processo por meio do qual as questões da vida social – complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico – são reduzidas a um tipo de racionalidade que vincula artificialmente a dificuldade de adaptação às normas sociais a determinismos orgânicos que se expressariam no adoecimento do indivíduo.” (2015, p.11).

das desigualdades sociais e estruturas engendradas pelo modo capitalista de produção. São veículos de uma concepção burguesa de mundo. Dessa forma, a Escola estrutura-se como organização significativa na produção de modos de ser de estudantes. Instituição essa que, para autores como Foucault (1987) e Baremlitt (2002), está atravessada por outras organizações como a prisão, o quartel, a fábrica, e que colabora para perpetuar a exploração, dominação e mistificação por meio dos dispositivos disciplinar, de segurança e também do que Corazza (1998) conceitua como dispositivo da infantilidade. Para a autora, este constitui-se em um apanhado de técnicas, estratégias e sistemas produzindo verdades sobre o que é ou não infância, classificando e mensurando crianças no intuito de garantir o desenvolvimento para uma vida útil, produtiva e ajustada.

Por ser uma psicóloga lotada na Secretaria Municipal de Educação, é cotidiano, nos estabelecimentos de ensino, interpelações de cunho patologizante sobre os educandos. Essas concepções instituídas e engessadas tencionam para a continuidade da institucionalização do saber psicológico no engendramento medicalizante de meninos e meninas das classes populares.

Em meu processo de inserção identifiquei as concepções e as expectativas dos profissionais da educação atuantes no município sobre a atuação da psicologia escolar realizando uma breve pesquisa com profissionais da rede de educação<sup>2</sup>. Constatei que, majoritariamente, as trabalhadoras da rede consideravam que o saber psicológico instrumentaliza o profissional a identificar e classificar as dificuldades de aprendizagem e desvios de comportamento, objetivando encontrar resoluções em uma perspectiva medicalizante e psicologizante.

Partindo destas constatações, algumas inquietações foram surgindo. Dentre elas, perguntava-me a partir de quais referenciais teóricos poderia construir uma práxis (Baremlitt, 2002) na rede educacional que contribuísse para a consolidação de processos criativos de corresponsabilização e autonomia junto à comunidade escolar<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Para isso foi feito uso de questionários distribuídos às professoras, entrevistas semiestruturadas com gestoras<sup>#</sup> das instituições de ensino, além da escuta atenta em conversas realizadas durante o processo de inserção na rede como profissional.

<sup>3</sup> Entende-se como comunidade escolar todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, trabalhadores da educação, familiares e educandos.



Assim, o presente trabalho aborda aspectos desta experiência profissional e discussões teóricas decorrentes da minha prática enquanto psicóloga em conjunto com outras profissionais também integrantes da equipe multiprofissional em desenvolvimento na secretaria municipal de educação de um município da região nordeste de Santa Catarina com o objetivo de traçar coletivamente novos caminhos para a atuação em psicologia escolar.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Elaborar, concomitantemente à constituição da equipe multiprofissional de Apoio Educacional da Secretaria da Educação, uma proposta de atuação em psicologia escolar na rede de educação básica do município em questão.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Mapear as expectativas e possibilidades da prática profissional em psicologia escolar no contexto em questão;
- Ampliar os estudos sobre Análise Institucional como uma abordagem de intervenção em psicologia escolar;
- Avaliar as possibilidades de atuação a partir dessa abordagem;
- Constituir espaços para reflexão coletiva acerca das contribuições do conhecimento em psicologia junto à equipe multiprofissional, partindo de uma visão crítica e não individualizada para contextos escolares e educacionais;
- Construir espaços de interlocução sobre a relevância da psicologia escolar no diálogo com os dispositivos da rede intersetorial.

## **4 DESENVOLVIMENTO**

### **4.1 ARTIGO – CONSTITUIÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL COMO POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO CRÍTICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR**

#### **4.1.1 Resumo**

A atuação profissional em psicologia escolar no Brasil orienta-se principalmente pela formação acadêmica e pelo documento “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica”, elaborado pelo CFP em 2013 e atualizado em 2019. O documento tem como objetivo basilar ética e politicamente a prática profissional das psicólogas nos espaços escolares, visto que historicamente a inserção da psicologia como profissão no campo da educação privilegiou a abordagem clínico-terapêutica. Por considerar que o acesso às referências não garante percursos profissionais criativos, autônomos, não-medicalizantes, buscou-se cartografar o processo de constituição de uma equipe multiprofissional, atuante em uma rede municipal de educação no Estado de Santa Catarina, Brasil, da qual a pesquisadora faz parte. O estudo foi desenvolvido a partir da metodologia da pesquisa-intervenção e reflexões orientadas pela Análise Institucional. Utilizou-se como ferramentas a entrevista de manejo cartográfico por considerá-las um instrumento potente para o acompanhamento de processos e possibilitar o acesso às experiências compartilhadas. Concluiu-se que o processo de constituição de uma equipe é contínuo, pois na medida em que se institui, há de se manter instituinte. Do mesmo modo necessitará de processos constantes de reflexão conjunta, para o surgimento de novos processos de subjetivação e, conseqüentemente, de novas estratégias de atuação/intervenção.

Palavras-chave: Psicologia Escolar Crítica; Equipe Multiprofissional; Análise Institucional

#### **4.1.2 Abstract**

The professional practice in school psychology in Brazil is mainly guided by academic graduation and the document "Technical References for the Role of Psychologists in Basic Education", elaborated by the CFP in 2013 and updated in 2019. The document has the aim of basing ethically and politically the professional practice of psychologists in school environments, as historically the insertion of psychology as a profession in the field of education favored the clinical-therapeutic approach. Considering that access to such references do not guarantee creative, autonomous, non-medicalizing interventions, we sought to map the process of creation of a multidisciplinary team, working in a municipal education network in the State of Santa Catarina, Brazil, of which this researcher is part. The study was developed from the research-intervention methodology and reflections guided by Institutional Analysis. Cartographic interviews were used as tools, as they are considered to be a powerful instrument for monitoring processes and enabling access to shared experiences. It was concluded that the process of creation of the team is continuous, as it is instituted, it must remain instituting.

Likewise, it will need constant processes of joint reflection, for the emergence of new processes of subjectivation and, consequently, of new action/intervention strategies.

Keywords: Critical School Psychology; Multiprofessional team; Institutional Analysis

### 4.1.3 Resumen

El desempeño en psicología escolar en Brasil está guiado principalmente por la formación académica y el documento "Referencias técnicas para el papel de los psicólogos en la educación básica", elaborado por el CFP en 2013 y actualizado en 2019. El documento tiene como objetivo guiar ética y políticamente las prácticas profesionales de los psicólogos en los espacios escolares, ya que históricamente la inserción de la psicología como profesión en el campo educacional favoreció el abordaje clínico-terapéutico. Considerando que el acceso a referencias no garantiza trayectorias profesionales creativas, autónomas, no medicalizantes, se buscó mapear el proceso de constitución de un equipo multidisciplinario, trabajando en una red de educación municipal en el Estado de Santa Catarina, Brasil, de la cual el investigador es parte. El estudio se desarrolló a partir de la metodología investigación-intervención y reflexiones guiadas por el Análisis Institucional. Las entrevistas cartográficas se utilizaron como herramientas, ya que se consideran un poderoso instrumento para monitorear los procesos y permitir el acceso a experiencias compartidas. Se concluyó que el proceso de constitución del equipo es continuo, ya que se instituye y debe seguir instituyéndose. Asimismo, requerirá procesos constantes de reflexión conjunta, para el surgimiento de nuevos procesos de subjetivación y, en consecuencia, de nuevas estrategias de acción / intervención.

Keywords: Psicología Crítica Escolar; Equipo multiprofesional; Análisis Institucional

### 4.1.4 Introdução

O presente trabalho aborda aspectos da experiência profissional e discussões teóricas decorrentes da minha prática enquanto psicóloga escolar, bem como da experiência profissional das demais integrantes de uma equipe multiprofissional em desenvolvimento na secretaria municipal de educação de um município da região nordeste de Santa Catarina<sup>4</sup>.

A atuação em psicologia escolar no Brasil é orientada principalmente pelo documento Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas<sup>5</sup> na Educação Básica, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em conjunto com o Centro de Referência Técnica em

---

<sup>4</sup> A pesquisa abordada neste artigo é resultado de Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado Profissional e não obteve financiamento. A pesquisa foi aprovada por meio do parecer nº 4.164.261 do Comitê de Ética em Pesquisa por meio da Plataforma Brasil do Ministério da Saúde. Não existem conflitos de interesse.

<sup>5</sup> Utilizaremos o termo no feminino tendo em vista que segundo a pesquisa conduzida em 2012 pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Instituto ETHOS as mulheres são 89% da categoria.

Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) em 2013 e atualizado em 2019. Essas referências foram elaboradas no intuito de basilar ética e politicamente a prática profissional das psicólogas nos espaços escolares, visto que historicamente a inserção da psicologia no campo da educação deu-se principalmente por meio da abordagem clínico-terapêutica dos fenômenos educacionais (Antunes, 2008).

De acordo com as referências, a atuação de psicólogas na Educação Básica deve fomentar melhorias na qualidade da educação, colocando à disposição das instituições saberes produzidos pela ciência psicológica em prol do fortalecimento de processos democráticos na gestão educacional, com a participação efetiva de todos os envolvidos no processo de escolarização. Além disso, segundo estes documentos, as profissionais devem ter como princípio a coletividade e desenvolver um trabalho que envolva os segmentos da comunidade escolar, tendo em vista o conhecimento das múltiplas determinações da atividade educacional (CPF, 2013; CFP, 2019).

Junto às referências técnicas, as psicólogas precisam atuar de acordo com o código de ética da profissão que tem como princípio que a profissional “[...] trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CRP, 2005, p. 7). Nesse sentido, depreende-se que é imprescindível também construir ações articuladas com as áreas da saúde, do serviço social, entre outros setores, a fim de fortalecer as redes intersetoriais e assegurar direitos humanos e sociais.

Esses elementos norteadores para a atuação em psicologia no âmbito escolar visam expandir as possibilidades de ação das psicólogas para além dos atendimentos individualizados, entendendo que existe uma expectativa por parte da comunidade escolar de desenvolvimento de um trabalho clínico/terapêutico na Educação Básica (CFP, 2019). Entretanto, somente esses elementos não garantem que a atuação das profissionais seja crítica dos processos de produção de subjetividades hegemônicas, favorecendo processos de subjetivação criativos e autônomos e práticas educacionais libertadoras (Freire, 1996).

Por ser uma psicóloga lotada na Secretaria Municipal de Educação, rotineiramente, em visitas a estabelecimentos de ensino, ouço interpelações de cunho patologizante sobre os educandos. Essas concepções instituídas e engessadas tencionam para a continuidade da institucionalização do saber psicológico no engendramento patologizante de meninos e meninas das classes populares.

As normas instituídas são agenciadas por diversos enunciados articulados por gestores, professores e outros atores da rede intersetorial. Os agenciamentos são formados por expressão e por conteúdo e engendram processos de subjetivação (Deleuze & Guattari, 1995). Agencia-se explicações para as múltiplas expressões de existir, vivenciar e aprender das crianças, expressões que muitas vezes não são vistas como adequadas ao ambiente escolar e a sociedade. Agentes educacionais responsabilizam as famílias, na busca por respostas para essas expressões que destoam das normas instituídas (Coimbra & Leitão, 2003). Embora, na maioria das situações, a equipe escolar já possua as “respostas” para os “*desvios*” que são observados.

Em meio aos percalços da prática cotidiana, entendi que desenvolver uma proposta de atuação em psicologia escolar e educacional que promovesse a construção conjunta de práticas pedagógicas emancipadoras exigiria tempo e estudos. Então, transformei esta problemática real e complexa em objeto de pesquisa a ser desenvolvida durante um mestrado profissional.

Concebeu-se um estudo cuja metodologia e reflexões são orientadas pelos conceitos da Análise Institucional pensados principalmente pelos autores René Lourau, Georges Lapassade, Gregório Barenblitt.

O referencial teórico da Análise Institucional é tomado nesta pesquisa como uma alternativa aos modos de pensar os fenômenos institucionalizados no contexto educacional e às concepções individualizantes de atuação, dando suporte para a reflexão contextualizada historicamente sobre a prática profissional.

O município em questão tem cerca de 40 mil habitantes e vem passando por diversas transformações estruturais, visto que faz fronteira com cidades que constituem um importante pólo industrial do Estado. Nestas cidades chegou-se ao limite de espaço para a implantação de novas indústrias, provocando sua migração para os territórios circunvizinhos. Esse processo atraiu importante fluxo migratório e a transformação de grandes áreas florestais em loteamentos habitacionais.

A rede municipal de educação atende desde o público da educação infantil até o quinto ano do ensino fundamental, totalizando 28 instituições educacionais, dentre os quais vinte Centros de Educação Infantil e oito escolas direcionadas para os anos iniciais. Como consequência da intensidade do fluxo migratório, ocorreram grandes impactos nos serviços públicos municipais. Frente ao aumento da procura por matrículas nos estabelecimentos educacionais, a prefeitura respondeu criando uma política emergencial de ampliação no número

de vagas, através da transformação de espaços de convivência e bibliotecas em salas de aula, além da utilização de containers e salas modulares.

No início de 2019, profissionais das áreas da psicologia e fonoaudiologia da rede municipal de educação iniciaram o movimento de constituição de uma equipe multiprofissional para atuação interdisciplinar<sup>6</sup>. A necessidade de transformar os modos de atuação surgiu como alternativa ao modelo de trabalho que estava estabelecido e às concepções medicalizantes<sup>7</sup> e patologizantes sobre os fenômenos escolares prevalentes. Assim, a pesquisa desenvolvida objetivou analisar o processo de criação desta equipe e o processo de criação de novas formas de atuação na educação. A estes objetivos soma-se o anseio por apresentar as vozes que constroem essa história e reafirmar a existência de movimentos que se negam a corroborar com práticas hegemônicas de dominação.

#### **4.1.5 Metodologia**

Pesquisar o próprio lugar de trabalho transforma-se em um desafio na medida que o processo de distanciamento entre pesquisador e objeto, prerrogativa do fazer científico tradicional, é praticamente inexistente. Não houve o afastamento das minhas práticas de trabalho enquanto realizava a pesquisa, uma vez que seria impossível desvestir-me de quem sou profissionalmente para realizar uma pesquisa sobre algo que está emaranhado às minhas práticas cotidianas. Ou seja, há uma sincronicidade de duas funções e “trata-se de uma mesma pessoa tomando variadas posições de acordo com os momentos, os objetivos, as funções e o contato com os outros” (Kohn, 2001, apud Penido, 2020).

Adotamos, neste trabalho, o conceito de trabalhadora-pesquisadora, que tem sido discutido frequentemente nas produções textuais que abordam a relação do trabalhador que pesquisa seu próprio lugar de trabalho. Penido (2020) contribui com a discussão do conceito,

---

<sup>6</sup> No final de 2019, após 19 anos de tramitação de um projeto semelhante, coroando uma luta das categorias profissionais de psicólogos e assistentes sociais, foi aprovada a Lei 13.935 que garante a oferta de serviços de psicologia e serviço social em equipes multiprofissionais na educação básica (Brasil, 2019). No entanto, esta lei ainda não foi regulamentada em âmbito municipal.

<sup>7</sup> Para o Grupo de Trabalho Educação e Saúde (2015) do Fórum sobre Medicalização da Educação e Saúde Medicalização é entendida como o “processo por meio do qual as questões da vida social – complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico – são reduzidas a um tipo de racionalidade que vincula artificialmente a dificuldade de adaptação às normas sociais a determinismos orgânicos que se expressariam no adoecimento do indivíduo.” (2015, p.11).

no diálogo com autores como Lavergne (2007), que sugere que não só “a atividade profissional gere e oriente a atividade de pesquisa, mas também, de forma dialógica e recursiva, que a atividade de pesquisa renove e reorienta o profissional” (Lavergne, 2007, p. 29 *apud* Penido, 2020).

Inicialmente, o projeto de pesquisa previa a formação de grupos focais para a coleta de dados sobre o fenômeno do encaminhamento de crianças ao serviço de psicologia e a modalidade de intervenção adotada pelas profissionais, sob o viés da Análise Institucional. Entretanto, em decorrência da pandemia de COVID-19 e do isolamento social imposto para sua contenção, a proposta inicial não pode ser executada da forma como fora planejada. Medidas de distanciamento social, que impuseram o fechamento das escolas e a adoção do modelo de trabalho à domicílio, exigiram modificações nos procedimentos metodológicos adotados.

Ao mesmo tempo em que o contexto pandêmico exigia adequações metodológicas, as profissionais de psicologia e de fonoaudiologia, que compunham um setor de serviço técnico na secretaria de educação, iniciaram um movimento de reorganização do setor, passando a compor uma equipe multiprofissional de exercício interdisciplinar.

Para dar continuidade a essa pesquisa frente às mudanças que ocorreram, consideramos pertinente cartografar o processo de constituição desta equipe e de seu processo instituinte. Essa ideia foi compartilhada com as duas profissionais que compõem a equipe, que concordaram prontamente em participar. Para Pozzana e Kastrup (2015) cartografar é acompanhar processos inventivos de constituição da realidade e produção de subjetividades e nesse percurso constituir-se com ele. Além destas profissionais, estendeu-se o convite à coordenadora pedagógica vinculada à secretaria, que acompanhou todo o processo de mudança na metodologia de trabalho e de constituição da equipe.

No primeiro momento, essa mudança na organização do trabalho técnico gerou dúvidas e angústias sobre a continuidade da pesquisa. Entretanto, essa mudança reforçou a ideia de que o processo de investigação se traça ao longo da própria execução, a qual produz “pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto de pesquisa, pesquisadores, seus resultados e que faz legítima ainda mais a ideia de pesquisa intervenção” (Passos; Barros, 2015, p.17).

O dispositivo utilizado para a colheita<sup>8</sup> dos dados precisou ser repensado e optou-se pela entrevista de manejo cartográfico, realizada por videochamada<sup>9</sup>, buscando garantir a segurança de todas as participantes e a manutenção do isolamento social. Para Tedesco, Sade e Caliman (2015), a entrevista de manejo cartográfico se caracteriza como um instrumento importante para o acompanhamento de processos, na intervenção e produção, possibilitando o acesso às experiências compartilhadas pelos profissionais no processo de constituição da equipe. Nesse sentido, as entrevistas de manejo cartográfico constituíram uma estratégia para acessar a experiência de cada participante, de modo a “[...] fazer falar aquilo que ainda não se encontrava na esfera do já sabido[...]” (Barros & Kastrup, 2015, p. 61).

Utilizei um roteiro flexível com perguntas abrangentes, priorizando questões disparadoras, dando espaço para a fala livre sobre a temática em questão. Considero que as manifestações livres podem produzir processos de associações e entonações, que são importantes para acessar a experiência vivida pelo falante. Assim, a conversa com cada participante se iniciou com o convite para que cada uma fizesse sua apresentação e contasse sua história com o lugar de trabalho na rede municipal de educação.

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, embasada no referencial teórico da Análise Institucional, caracterizando-se como uma pesquisa-intervenção, uma vez que têm por objetivo a construção de dados *com* o outro, apontando para a *transformação* das ideias e práticas dos profissionais e do cotidiano da instituição, bem como no movimento da própria pesquisa (Passos & Barros, 2015).

Por ser uma metodologia participante, é necessária uma mudança na postura da pesquisadora, que se desloca de um lugar de certezas sobre seu objeto para o lugar da imprevisibilidade, entendendo-se como sujeito participante que se produz também em meio às práticas sócio-históricas (Aguilar; Rocha, 2007). Desse modo, entendemos que não há neutralidade científica possível (Lourau, 1987), uma vez que se problematizam as relações de poder e saber que atravessam todos os participantes, incluindo meu próprio lugar como pesquisadora.

---

<sup>8</sup> A troca do termo coleta por colheita tem a intencionalidade de conotar o caráter produtivo da pesquisa-intervenção, ou seja, a “pesquisa intervenção colhe dados porque cultiva a realidade no ato de conhecê-la” (Sade et al, 2013, p. 2814).

<sup>9</sup> As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes no ato de cada entrevista, além da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.



Na Análise Institucional, o termo atravessamento refere-se a um entrelaçamento de orientação conservadora, rede organizada de instituídos, que tem como função principal a reprodução de um sistema para a exploração, dominação e mistificação. Como forma de sustentar a crítica e indicar novas possibilidades para a relação da psicologia com a educação, articulei um processo analítico incluindo as implicações que me movem como pesquisadora, bem como os atravessamentos na forma como me lanço ao ato de pesquisar em um contexto que me é familiar. As implicações e os atravessamentos estão presentes desde a escolha do tema até as análises e conclusões. A análise de implicação indica o grau de envolvimento do pesquisador com as instituições que o atravessam e as contradições, não apenas como um processo inconsciente ou psíquico, mas de materialidade múltipla, não podendo ser confundida com engajamento ou investimento (Baremblytt, 2002, Monceau, 2008).

Para a análise das entrevistas e demais informações foi utilizado como analisador (Baremblytt, 2002) a narrativa histórica usada pelas próprias participantes, que demarcaram os processos da realidade institucional. Dessa forma, tomando o caráter histórico trazido pelas participantes, as análises estão divididas em três momentos, a saber: antes da chegada das profissionais, a chegada das profissionais e a potência do encontro: ensaio do grupo-sujeito.

#### **4.1.6 Resultado e Discussão**

Cartografar o processo de constituição da equipe multiprofissional resultou em muitas outras processualidades. Partilhar histórias, contá-las e recontá-las, reconhecer-se e estranhar-se, falar e escutar. Deste modo, como quem conta uma história, o Tempo e sua cronologia são tidos como instituição significativa no ato de rememorar das participantes. Desta forma, optei por apresentar os resultados e discussões seguindo a temporalidade marcada como anterior a chegada das profissionais no contexto de trabalho, até a chegada destas profissionais e, por último, o encontro entre elas (nós).

##### **Antes da chegada das profissionais**

Em entrevista, a gestora da pasta contou-me que desde 2014 havia uma fonoaudióloga alocada na secretaria de educação e que posteriormente foi transferida para a secretaria da saúde. No entanto, não havia psicólogo atuando na educação até 2017. Antes disso, as demandas vindas da educação eram distribuídas de maneira não-protocolar pelos serviços de assistência social e saúde. Em 2017, contratou-se uma psicóloga para atender às demandas da Educação

Especial e outras situações identificadas por instituições educacionais como sendo objeto para avaliação psicológica, principalmente queixas relacionadas à dificuldade de aprendizagem e de comportamento.

Esses elementos sobre o modo como se dava a relação dos setores e seus profissionais com a educação evidencia-se na fala da coordenadora da Educação Especial:

Quando eu cheguei aqui, nós estávamos totalmente desestruturados na educação especial. A gente tinha segundo professor, no início tinha uma sala de AEE, que foi desfeita, nós não tínhamos nem um encontro, nem uma conversa com a saúde. Era educação de um lado, saúde de outro, assistência social de outro. Então quando a gente procurava a assistência social era em casos extraordinários. A saúde, dificilmente a gente tinha contato com a saúde, era o encaminhamento quando uma criança estava muito debilitada, mas aí debilitada de saúde, não na parte de fazer uma avaliação, porque naquela época nós não tínhamos um neurologista, um psiquiatra na saúde.

Importante destacar que a modalidade da Educação Especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008), tem como público-alvo as pessoas com deficiência (física, intelectual ou sensorial), com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Embora sejam preconizados diferentes dispositivos direcionados para a inclusão pedagógica e social, no município em questão apenas o segundo professor de turma<sup>10</sup> encontrava-se efetivado. Esse acesso ocorria por meio da apresentação do laudo médico, indicando o CID que garantia o acesso do estudante à modalidade da Educação Especial, endereçado à coordenadora da modalidade, a qual providenciava a solicitação de profissional ao setor de recursos humanos. Nos casos em que não houvesse laudo médico, mas que a instituição educacional identificasse dificuldade de aprendizagem, “mau comportamento” ou alguma outra diferença significativa, a psicóloga era responsável por avaliar o caso e requerer o segundo professor.

Como uma área de conhecimento abrangente e que autoriza linhas de atuação diversas, a atuação profissional apresenta múltiplas facetas, assumindo atribuições diferentes em cada serviço. No município em questão, percebe-se conflitos no entendimento sobre o fazer em psicologia na Educação, na Assistência Social e em outras áreas. Esses conflitos são produções

---

<sup>10</sup> O Segundo Professor de Turma foi instituído no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina por meio da Lei 17.143 de 2017 e serviu de subsídio para a implementação do mesmo no município em questão. A incorporação desse dispositivo não exclui a necessidade dos outros dispositivos da educação Especial, como as salas de recursos multifuncionais entre outras estratégias que a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva engloba.

do processo histórico de inserção desse saber-fazer na rede em questão, e pode ser percebido também em outros contextos.

Conforme Barroco e Souza (2012):

(...) ao longo de sua história, a Psicologia voltada ao campo educacional/escolar disponibilizou um dado corpo teórico e uma dada forma de intervenção que acabou por fortalecer uma compreensão biologizante ou medicalizante da constituição e do desenvolvimento do psiquismo humano e, em consequência, dos motivos que levam à não aprendizagem (p.116).

Essa compreensão ecoou nos meios educacionais como respostas às problemáticas emergentes, articulando-se às possibilidades terapêuticas ortopédicas de caráter salvacionista.

Instrumentos para mensuração de subjetividades foram criados e autorizados e a profissão perpetuou na sua prática um caráter normatizador e normalizador (Foucault,1987). Dessa forma, estabeleceu-se lugares de atuação para atualizar essas expectativas. Esse processo fica evidente na rede de educação do município, na medida em que a atuação em psicologia e fonoaudiologia constava fragmentada em especialidades, organizada em ações localizadas, majoritariamente individualizadas, apresentando longas listas de espera.

Esse modelo de atenção às demandas educacionais, voltado para a infância, exemplifica a perspectiva individualizante e culpabilizadora das famílias, a qual acaba por naturalizar as desigualdades sociais e escamotear as discriminações de classe, raça e gênero (Zucolotto, 2018), corroborando com as problematizações de Corazza (2000) sobre o dispositivo da infantilidade. Para Caponi (2018) os diagnósticos na infância e adolescência crescem sustentados em argumentos preventivos a fim de se evitar comportamentos violentos ou criminosos na vida adulta.

Vale destacar, seguindo Collares e Moysés (1997), que os diagnósticos desprendidos pelos especialistas diferem dependendo em qual lugar atuam e quais sujeitos estão sendo avaliados. Crianças oriundas de camadas populares que apresentam comportamento agressivo durante seu processo de escolarização estão sujeitas a ser enquadradas em diagnósticos para designar deficiências cognitivas causadas por desnutrição ou problemas genéticos, o mesmo ocorrendo com aquelas que apresentam dificuldade de aprendizagem (Collares e Moysés, 1997). As autoras também argumentam que muitos parâmetros utilizados por especialistas para investigação diagnóstica são oriundos de estudos elaborados em outros países e passam a servir como base universalizante para medir as populações, desconsiderando as diferenças socioculturais.

A psicóloga entrevistada também menciona a existência de expectativas com o trabalho clínico/terapêutico e o modo como esse trabalho era desenvolvido antes da chegada delas:

Inicialmente como existia essa expectativa, de atendimento clínico e a Psicóloga e a Fono que estavam antes, elas faziam esse trabalho por toda pressão e por várias justificativas.

Nesse momento a entrevistada apresenta um ponto bastante importante sobre o processo de inserção dos profissionais. Muitas vezes, por atuarem sozinhos ou em setores nos quais a forma de trabalho não se encontra bem estabelecida, exercem suas funções de acordo com as expectativas dos gestores e o modo como estes entendem a função desses especialistas, principalmente daqueles oriundos de áreas de conhecimento da saúde.

### **A chegada das profissionais**

O concurso público realizado em 2018 representou um marco na história das políticas públicas do município, que desde 2011 não repunha seus quadros de forma efetiva. Antes disso, muitos serviços eram realizados por trabalhadores temporários, com todas as dificuldades em termos de continuidade do serviço e autonomia profissional que isto acarreta.

Por meio de determinação judicial, a administração precisou realizar o concurso, homologado em julho de 2018. Os profissionais começaram a ser convocados a partir do mês de agosto, movimentando as dinâmicas organizacionais das equipes de diversos equipamentos dos serviços municipais. Como resultado, foram alocadas, por determinação da secretaria de educação, uma fonoaudióloga e duas psicólogas, sem possibilidade de escolha da lotação.

As lotações foram feitas visando dar sequência a forma de trabalho que ocorria anteriormente. Como mencionado, esperava-se que as profissionais seguissem realizando o mesmo modo de trabalho, atendendo as demandas vindas das instituições educacionais relacionadas à educação especial, às dificuldades de aprendizagem, por meio de avaliação psicológica e fonoaudiológica.

No que foi possível colher de informação, a função das profissionais de psicologia e fonoaudiologia estava associada às demandas e necessidades determinadas pela gestão. As expectativas eram nítidas, porém a organização do trabalho não, tornando necessário que as profissionais recém convocadas refizessem alguns passos, por meio de análise documental, relatos e outras ações, para compreender como o trabalho estava organizado, para então elaborar seus planos de ação.

Na fala da coordenadora, este tensionamento também fica explícito:

Até a gente entender realmente o trabalho da psicologia escolar e da fonoaudiologia escolar, porque nós tínhamos uma fonoaudióloga que atendia clinicamente, ela não atendia na escola, atendia nos postos de saúde, mas não dava conta da demanda, né? E aí a outra fono que chegou também foi cobrada para atender clinicamente e no início ela começou a atender.

A resistência às novas propostas de trabalho era explícita, aparecendo na forma de hostilidades que colocavam em questão as habilidades das profissionais de executar o trabalho esperado. Desse modo, como aparece na fala da coordenadora, algumas ações foram realizadas para atender às demandas da gestão, de acordo com as representações dos gestores sobre o fazer profissional da psicologia escolar e da fonoaudiologia educacional.

Os tensionamentos institucionais se deram de diversas maneiras, buscando a manutenção das práticas e do papel atribuído aos profissionais na área da educação. Essas práticas, apesar de não estarem normatizadas via documentos burocráticos, estavam instituídas e operavam a partir da lógica da classificação e normatização de estudantes dissonantes das expectativas.

Para Lapassade (1983) as instituições são dimensões onde as relações se constituem, são produzidas e produtoras dos modos de vida e dos sujeitos. Compõem os sistemas de regras que determinam a vida. Nesse sistema de regras existem determinações do que é certo e errado, do que é socialmente aceito e até do que é indiferente. O movimento que produz, que gera a instituição, é o processo instituinte, mobilizado por forças de caráter revolucionário e produtivo que tem como resultado o instituído. Este tem o papel de ordenar as atividades sociais essenciais e regular os valores coletivos, e se abertos às transformações podem ser eficientes; entretanto, o instituído tende ao conservadorismo e a resistência às transformações (Baremlitt, 2002).

Por meio do levantamento documental feito pelas profissionais para compreender a forma de trabalho executada anteriormente à sua chegada, foi constatado que existiram esforços das profissionais anteriores para realizar suas atribuições técnicas no âmbito educacional. Entretanto, ocorriam cobranças e pressões para realizar um trabalho com finalidade terapêutica, nos moldes clínicos.

Chegar em novo espaço institucional e apreender as normas instituídas e as forças que operam produz estranhamentos e movimentos de acomodação na narrativa institucional, o que, por vezes, se manifesta em reproduzir a modalidade de trabalho prescrita e aceitar o espaço institucional determinado *a priori*. Desse modo, ceder às pressões e cobranças foram estratégias iniciais adotadas pelas profissionais recém-chegadas no processo de inserção no novo local de

trabalho, para que, paulatinamente, novos modos de atuar pudessem emergir. Segundo a fonoaudióloga entrevistada:

No início eu comecei também a fazer como a outra fono. Eu comecei aos poucos fazendo alguns atendimentos também, porque eu fui cobrada para fazer. Eu fui cobrada pela secretária, pela gestão da secretaria de educação, a gestão anterior, a fazer esses atendimentos e a demanda realmente é muito grande. Tem uma lista de espera bem grande, e eu, o que eu pensei, então... a minha estratégia foi não, então tá, eu vou agora aos poucos fazendo esses atendimentos, mas criando um projeto para que isso acabe.

Esta situação não é específica de uma profissão x ou y. A equiparação da prática psicológica como prática avaliativa e classificatória na educação aparece na fala das três entrevistadas. Para a psicóloga, a expectativa da gestão é explícita, e por isso conta que se sentiu preocupada por saber que havia outra psicóloga na mesma rede de educação básica. Sobre isso, ela nos conta:

Então, quem me recebeu lá primeiro foi a secretária da época. Já nesse primeiro contato deu pra perceber qual era a expectativa dela em relação a atuação da psicologia, e deu para perceber que ela tinha essa expectativa mais clínica, até porque anteriormente, a psicóloga que era contratada foi contratada com essa intenção. A Fono era concursada e a psicóloga era contratada. Ah... Daí nesse mesmo dia, é, já te chamou, para apresentar nós duas e, sabendo que já tinha uma psicóloga na rede, eu fiquei bastante preocupada sobre a concepção dessa psicóloga, e modos de trabalho e tudo mais o que essa psicóloga pensaria sobre essa atuação na psicologia escolar e tudo mais, então acho que foi já uma das nossas primeiras frases, já deu para perceber que a tua intenção também não era de atendimento clínico e eu acho que ali já deu um “ufa”, assim, um alívio, de que nisso a gente estava alinhada.

As expressões utilizadas por ela como “preocupada”, “ufa”, “alívio”, de acordo com a Análise Institucional, são pistas de como concepções sobre a atuação e perspectivas de trabalho produzem tensionamentos no interior das instituições e podem engendrar processos de afirmação das forças normatizadoras (conservadoras) ou movimentos divergentes (revolucionários) (Lourau, 1993). Neste caso, pensar na atuação em psicologia escolar de modo não patologizante e não individualizante pode ser compreendido como um movimento divergente, e o encontro de profissionais que compartilham um modo de entendimento sobre uma atuação que não seja normatizadora e conservadora representa a possibilidade de produzir tensionamentos em relação às práticas instituídas.

### **A potência do encontro e o ensaio do grupo-sujeito**

Ao nos depararmos com as forças normatizadoras manifestadas por meio das expectativas e cobranças da gestão, passamos a questionar o local de trabalho e refletir sobre as estratégias possíveis para desformar o que havia sido formado, e talvez criar novos contornos para a constituição de novas práticas. Sobre o encontro, a psicóloga coloca:

(...) nesse primeiro momento fiz contato com a Fono da equipe, que na verdade inicialmente não era uma equipe, eram profissionais com suas especialidades e eu acho que com o passar do tempo, com as ações de cada uma e os enfrentamentos de cada uma também a gente foi se unindo, acho que por um lado a própria questão de um entendimento da psicologia escolar e da fonoaudiologia também, de todas terem esse entendimento, mas também por entender que sozinha ficaria muito mais difícil, a psicologia sozinha e a Fono sozinha. Ah, é isso!

O processo de questionamento e problematizações sobre os modos de trabalho instituídos aparecem com bastante frequência quando transitamos da reflexão individual para a reflexão coletiva possibilitada pelo encontro. Com relação a isso a fonoaudióloga conta:

Essa forma de atuação da fono educacional dentro das UBSs era muito contraditório para mim, porque se eu sou fono da educação, porque que eu vou atender dentro de uma UBS que é da secretaria de saúde, não faz sentido. E aí eu comecei a me voltar para ir fazer a fonoaudiologia educacional, e aí eu e você, e a gente quebrou um pouco a cabeça, um pouco não, bastante, para ver como que a gente ia fazer para formar essa Fonoaudiologia Educacional e Psicologia Educacional.

O termo “equipe” aparece espontaneamente, por ser um termo cada vez mais frequente nas estratégias de políticas públicas. Nas políticas públicas da Assistência Social e da Saúde a ideia de equipe como forma de organização do trabalho e como co-gestão das práticas profissionais está instituída como estratégia para a ampliação da capacidade de análise e intervenção. Além disso, o processo de trabalho em equipe visa transcrever na prática um entendimento ampliado dos fenômenos sociais, considerando suas complexidades e multideterminações, caminhando no sentido oposto de uma atuação fragmentada, típica do lugar de especialista.

Para Baremlitt (2002), os especialistas, são “os conhecedores dessa estrutura e do processo dessa sociedade em si” e estão “a serviço das entidades e das forças que são dominantes em nossa sociedade”, complementando que elas “conhecem e decidem prevalentemente segundo os interesses das classes, níveis hierárquicos e grupos dominantes aos quais pertencem parcialmente” (Baremlitt, 2002, p.14-15).

Passamos a referenciar nossa atuação como uma atuação em equipe, que pensa, planeja e age de maneira articulada, para além de tentar forjar novos moldes ou implementar no campo

da educação formas de trabalho inspiradas em outros modelos. Entretanto, tenta-se incorporar uma nova estratégia de trabalho, sustentada em uma concepção de sujeito e dos fenômenos educacionais não fragmentada, complexa e multideterminada. Assim, amplia-se também as possibilidades de olhar para esses fenômenos de modo mais crítico.

Diferente de outros processos onde o modelo de equipe é inserido na organização do trabalho a fim de promover produtividade e eficácia, em nosso caso a equipe surge como um movimento de resistência, de enfrentamento à lógica individualizante e prescritiva, buscando articular redes mais cooperativas e promotoras de fissuras na forma cristalizada como o trabalho das áreas de psicologia e fonoaudiologia se organizavam e promover reflexão coletiva, como expressado pela psicóloga:

Essa possibilidade de sair do individual e partir para ações mais coletivas acho que é uma possibilidade da equipe também, possibilidade de diálogo e de construção a partir dessa relação com outras áreas. Porque eu penso que a (fonoaudióloga), enquanto fono, ela me apresentou algumas possibilidades que dificilmente eu teria tido acesso assim sem uma fono na equipe. A própria questão da consciência fonológica, ou mesmo discussões mais teóricas que em um momento mais só conversava com pessoas que concordavam com o que eu pensava assim, eu não precisava me movimentar tanto para justificar e entender e até mesmo é uma proteção diferente, da teoria e acho que isso é algo, para mim foi bem importante também e de entender que sim, tem alguns questionamentos que são bem válidos e que antes eu não fazia, sobre teorias e, então acho que essa possibilidade de ampliação, acho que de uma forma geral, não sai da teoria mas de ações e estratégias, acho que o multi, promove essa ampliação de ações, inclusive se futuramente a gente, espero que a lei se cumpra, de ter assistente social e talvez algum outro profissional na equipe eu acho que vai nesse caminho assim, de ampliação de possibilidades de atuação e de trocas entre nós mesmos.

Mesmo com os alinhamentos produzidos entre as profissionais a respeito da necessidade de refletir sobre a organização do trabalho e a ideia de constituir uma equipe, há constantemente, no processo de discussão, divergências e diferentes formas de ver o mundo e de compreender os fenômenos educacionais.

No mesmo sentido, em entrevista, a psicóloga participante completa:

A gente tá sempre estudando, eu vejo que é uma equipe que estuda bastante, que tem vontade de conhecer, de conhecimento e o legal é que a gente aprende muito uma com a outra, e nós somos... a gente não pensa igual, ninguém pensa igual, em qualquer lugar, com qualquer pessoa que a gente vá conviver a gente não pensa igual, as pessoas pensam diferente, só que a gente tem esse respeito no pensar diferente, e a gente acaba verbalizando isso e, às vezes, é, talvez isso eu não concorde, mas eu entendo, acho que isso é que é legal que a gente consegue, na nossa equipe - que é muito difícil em outros lugares com outras pessoas - isso a gente tem, a gente tem um respeito e a gente tem um objetivo em comum, isso move muita coisa, esse objetivo em comum.



Embora tenhamos buscado construir novos territórios existenciais e profissionais via diálogo e pela estruturação de caminhos comuns, existiram conflitos importantes ao longo dessa caminhada, reafirmando a singularidade e os processos de produção de subjetividades. Concordo com Escóssia e Kastrup (2005) que afirmam que “conceber um conceito de coletivo para além das dicotomias historicamente constituídas é dar visibilidade a uma outra lógica - uma lógica atenta ao engendramento, ao processo que antecede, integra e constitui os seres” (Escóssia e Kastrup, 2005, p.297).

#### **4.1.7 Considerações Finais**

A instituição Psicologia constitui, sem dúvidas, umas das primeiras instituições que me atravessam nesse contexto de pesquisa. Sou convocada a ocupar a vaga de psicóloga na secretaria de educação e, por ser efetivamente meu primeiro emprego, convoquei-me a lançar mão dos aprendizados que obtive durante a graduação no ensino superior. A formação universitária proporcionou o desenvolvimento de uma visão crítica acerca da historicidade da psicologia no âmbito escolar e, desse modo, impliquei-me em refletir sobre como exercer de fato ações coerentes com estas concepções críticas. A prática profissional em psicologia pode tomar caminhos diversos de acordo com as escolhas teóricas e posicionamentos ético-políticos que vão além do que é normatizado no código de ética ou nas referências técnicas. Com isso, reafirmo a importância da dimensão política da atuação profissional, em consonância com a perspectiva da psicologia histórico-cultural crítica e da Análise Institucional.

A psicologia e sua intimidade com a instituição Ciência forja o lugar de suposto saber ocupado por nós e perpetuado na educação na figura dos profissionais especialistas que resolverão as problemáticas da aprendizagem. Algumas perspectivas teóricas abordam essas problemáticas através de compreensões individualizadas e cognitivistas que demandam, portanto, intervenções também focadas no indivíduo.

Entender o processo de aprendizagem sem trazer para a discussão as diferentes realidades das crianças e adolescentes do nosso país é elidi-las do processo de ensino-aprendizagem enquanto sujeitos constituídos de historicidade e assim descontextualizar o papel da instituição Educação.

Cotidianamente somos interpeladas como profissionais especialistas a cumprir a função de agentes da normatização, da medicalização. Busco permanecer questionando sobre com e

com quais ferramentas e dispositivos queremos atuar, considerando que na escola há muita vida pelos corredores, expressando-se em franca potência criativa, provocando fissuras na institucionalidade. Como atuar de modo a manter estas frestas abertas?

Nesse contexto que estamos inseridas, a indisciplina, o mal comportamento e a não vontade de aprender são os principais “problemas” das equipes pedagógicas e a demanda para a equipe multiprofissional. De acordo com o exercício teórico-prático que me propus a fazer, entendo esses elementos como produção, como estratégias de vida dentro das (im)possibilidades colocadas no cotidiano escolar. Emergem como denúncias as estruturas que há tempos se negam a mudanças. Estruturas emaranhadas de relações de saber-poder produtoras de adoecimento e por fim um circuito de culpabilização (enfraquecedor das potências) de todos os envolvidos. Porém, estamos todas lá. O incômodo se dá também em mim e espero que seja uma sensação constante, tornando os questionamentos parte do cotidiano.

Longe de tentar criar moldes ou parâmetros, a pista mais explícita no tecido do que foi falado pelas profissionais e por mim sobre a constituição de uma atuação em psicologia escolar refere-se a potência de constituir uma atuação em equipe sem considerá-la como totalidade e unidade, mas como um grupo-sujeito aberto a processos criativos (Barros, 2007), um “coletivo aberto a rupturas, a permanentes conexões, visando criações incessantes e favorecendo a emergência de modos singulares de existência.” (Barros, 2007). Um coletivo que esteja a serviço da potência de vida e da promoção de bons encontros. Assim, talvez o que seja mais urgente nesse cenário é manter o processo de desformação (à la Manoel de Barros) do que está colocado enquanto saber-fazer psi junto e em conjunto com outros atores, com outros saberes, inclusive com os saberes daquelas mais interessadas, as crianças.

O objetivo desta pesquisa foi desenvolver uma proposta para uma atuação crítica em psicologia escolar frente aos fenômenos de patologização e medicalização de crianças e adolescentes, entretanto, mais que isso proporcionou o estreitamento na relação teoria e prática com a criação de canais para reflexão sobre *à quem e a que* o saber-fazer da psicologia pode estar à serviço, bem como, apontou pistas para a validação de um modo de trabalho que já estava em processo de constituição. Ademais, anseio que o exposto possa contribuir com a atuação de outros colegas de profissão, que irão adentrar nos próximos anos na área da educação por meio da lei 13.935 de 2019 e que certamente encontrarão campos de forças e disputas parecidos com o nosso.

Concluo em diálogo com minhas colegas de caminhada, reafirmando que o processo de constituição de uma equipe multiprofissional é contínuo. Na medida em que se institui, há de se manter instituinte. Portanto, precisamos nos movimentar e permanecer em constante processo auto-analítico, atentas ao fato de que as artimanhas normatizadoras institucionais também se atualizam. Tendo em vista que a institucionalização pode produzir cristalizações despontencializadoras de novos processos de subjetivação, necessitaremos de processos constantes de reflexão conjunta acerca das áreas de conhecimento atuantes na equipe, para provocar assim a emergência de novas estratégias de atuação.

#### 4.1.8 Referências

AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L.. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, Dec. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400007&lng=en&nrm=iso) Acesso em 03-11-2021

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. *Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas*. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, Dec. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=pdf&lang=pt> <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>. Acesso em 03-11-2021

BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e práticas*. 5ª ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BARROCO, Sonia Mari Shima; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Contribuições Da Psicologia Histórico-Cultural para a Formação e Atuação do Psicólogo em Contexto de Educação Inclusiva. *Psicologia Usp*, São Paulo, 2012, 23(1), 111-132.

BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Pista 3 Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS et. al. (orgs). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade*. p. 52-75. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BARROS, Regina Benevides de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina Editora/Editora da UFRGS, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei n. 13.935 de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm) Acesso em: 19/10/2021.

CAPONI, S. N. Dispositivos de segurança, psiquiatria e prevenção da criminalidade: o TOD e a noção de criança perigosa. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 298-310, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902018000200298&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000200298&lng=en&nrm=iso) Acesso em 03/11/2021

COIMBRA, C.; LEITÃO, M. B. S. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2003, v. 15, n. 2, p 6-17.

COLLARES, C. A. L., & MOYSÉS, M. A. A. Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/2005. Código de Ética Profissional do Psicólogo, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 58 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2019.

CORAZZA, S. M. História da infância sem fim. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia; tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão – São Paulo, Editora 34, 1995, v.2

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O Conceito de Coletivo como superação da dicotomia Indivíduo-sociedade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 27ª edição, Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 1996.

LAPASSADE, Georges. Grupos, organizações e instituições; tradução de Henrique Augusto de Araújo Mesquita, prefácio de Juliette Favez-Boutonnier. Rio de Janeiro, F. Alves, 1983.

LHUMIER, Louise A. (organizadora) Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 157p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem\\_e\\_a\\_Psicologa\\_brasileira.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf) Acesso em 03/11/2021

LIMA, A. O. M. N. Breve histórico da Psicologia Escolar no Brasil. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 17-23, jul./set. 2005.

LOURAU, R. A Análise Institucional. Petrópolis: Vozes, 1975.

LOURAU, R. René Lourau na UERJ. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

MONCEAU, Gilles. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. Fractal Revista de Psicologia, v. 20, nº 1, p. 19-26. Jan/Jun, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/nLW73FGMTwHxPgvnNsC73hP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 03/11/2021

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Inteligência Abstraída, Crianças Silenciadas: as Avaliações de Inteligência. Psicologia USP, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 63-89, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107579> Acesso em: 12 out. 2021.

ORRÚ, E. S. O perigo da supervalorização do diagnóstico: rótulos introdutórios ao fracasso escolar de crianças com autismo. Revista Eletrônica Gestão & Saúde Vol.04, Nº. 01, Ano 2013 p.1419-1429. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/192/181>. Acesso em 03/11/2021

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. p.17-31 In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, L. da. Apresentação. P. 7-16 In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

PENIDO, C. M. F. Trabalhador-Pesquisador: Análise da Implicação como resistência ao distanciamento do objeto. Psicologia em Revista, v. 26, p. 380-396, 2020.

POZZANA, Cf. L; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. p.52-75 In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

SADE, Christian et al. O uso da entrevista na pesquisa-intervenção participativa em saúde mental: o dispositivo GAM como entrevista coletiva. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro , v. 18, n. 10, p. 2813-2824, Oct. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232013001000006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013001000006&lng=en&nrm=iso) Acesso em 03/11/2021

SANTA CATARINA. Lei n. 17.143, de 15 de maio de 2017. Dispõe sobre a presença do segundo professor de turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina. Disponível em [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17143\\_2017\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17143_2017_lei.html) Acesso em: 03/11/2021

SOUZA, Marilene Proença Rebello de et al . Atuação do psicólogo na educação: análise de publicações científicas brasileiras. Psicol. educ., São Paulo , n. 38, p. 123-138, jun. 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 03/11/2021

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Cristian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. P. 92-127. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

WEBER, L.; GRISCI, C.L.I. Equipe, grupo ou... o quê?: possibilidades relativas ao coletivo no trabalho imaterial. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2010, Rio de Janeiro. ENANPAD-2010, 2010.

ZUCOLOTTI, Marcele Pereira da Rosa. Contribuições da psicologia à educação básica e o problema da psicologização da educação: uma revisão narrativa. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 18, p. 1195-1208, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652472> Acesso em 03/11/2021

## 5 CONCLUSÃO

A atuação em psicologia escolar pode seguir diversos rumos, considerando que existem diversos fatores importantes influenciando o exercício de um saber-fazer. Atuar de modo a transcrever na prática tanto as teorias psicológicas em diálogo com outras áreas, como os princípios éticos da profissão, requer lançar mão de outros recursos para além de manuais e materiais orientativos e técnicos.

A formação acadêmica é fundamental no processo de construção do pensamento e das reflexões sobre o saber-fazer profissional, que pode provocar ou não uma visão crítica sobre as coisas do mundo. Saber-fazer que pode promover processos de autonomia e construção conjunta de conhecimento ou reforçar e reproduzir modos de dominação. Tendo em vista que as universidades também são espaços de normatização e como qualquer instituição educacional pode reproduzir modos de dominação ou produzir, provocar movimentos revolucionários. Entretanto, é muitas vezes entre os pares e em coletivo que os estudantes aprendem a questionar, debater, e construir novos sentidos de mundo.

Nesse processo de pensar minha própria atuação e revisitar minha formação, debruçei-me inevitavelmente também sobre minha história escolar, a qual de alguma forma me trouxe até aqui, aos trancos e barrancos acadêmicos e pandêmicos. Embora revisitar as memórias dos meus tempos de escola me permite observar que as instituições as quais eu passei, não se diferenciam tanto, das escolas que eu transito hoje como profissional, esse processo me sensibiliza e provoca a refletir sobre de qual maneira a minha atuação como psicóloga poderia

ser de fato proporcionar transformações nesses contextos sem corroborar com o processo normatização e dominação.

O objetivo deste trabalho foi desenvolver uma proposta para uma atuação crítica em psicologia escolar frente aos fenômenos de patologização e medicalização de crianças e adolescentes, entretanto, mais que isso proporcionou a criação de canais para reflexão sobre *à quem e à que* o saber-fazer da psicologia pode estar à serviço, bem como, apontou pistas para a validação de um modo de trabalho que já estava em processo de constituição.

Atualmente temos em vias de regulamentação em muitos municípios a lei federal que garante profissionais de psicologia e serviço social na educação básica (BRASIL, 2019). Evidencia-se cada vez mais a necessidade de refletirmos e discutirmos a serviço do que esses saberes estarão postos.

Dessa forma, colocar em análise minha própria atuação e pensar em conjunto com colegas de trabalho o lugar dos saberes da psicologia e demais áreas no campo da educação, proporcionou o estreitamento na relação teoria e prática. Sendo a Análise Institucional um possível arcabouço teórico e instrumental para uma atuação crítica, não neutra e implicada em romper com práticas medicalizantes e psicologizantes e afirmativa do fortalecimento das coletividades, da potencialização da vida e da liberdade.

Assim, os resultados e a discussão apresentados por meio do artigo produzido, poderão em alguma medida contribuir com a inserção e a travessia desses profissionais/colegas no âmbito da educação pública. Com isso, destaca-se a importância de investir no acompanhamento do processo de institucionalização da profissão no âmbito da educação, no intuito de produzir suportes aos profissionais que encontrarão o desafio de garantir em suas ações a criticidade e serem de fato *agentes de mudanças*.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L.. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 27, n. 4, p. 648-663, Dec. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400007&lng=en&nrm=iso) Acesso em 03-11-2021
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas , v. 12, n. 2, p. 469-475, Dec. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572008000200020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200020&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 03/11/2021
- BAREMBLITT, G. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e práticas. 5ª ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.
- BRASIL. Lei n. 13.935 de 11 de Dezembro de 2019 . Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm) Acesso em: 19/10/2021.
- COIMBRA, C.; LEITÃO, M. B. S. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2003, v. 15, n. 2, p 6-17.
- COLLARES, C. A. L., & MOYSÉS, M. A. A. Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez, 1996.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 58 p.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2019.
- CORAZZA, S. M. História da infância sem fim. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia; tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão – São Paulo, Editora 34, 1995, v.2
- FIGUEIREDO, L.C.M. e SANTI, P.L.R. – Psicologia: uma (nova) introdução – São Paulo: Educ, 1997.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 27ª edição, Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, P. Cartas à guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.



GRUPO DE TRABALHO EDUCAÇÃO E SAÚDE. Cartilha: Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde. Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade. 1ª ed. São Paulo. 2015.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 1996.

LAPASSADE, Georges. Grupos, organizações e instituições; tradução de Henrique Augusto de Araújo Mesquita, prefácio de Juliette Favez-Boutonnier. Rio de Janeiro, F. Alves, 1983.

LIMA, A. O. M. N. Breve histórico da Psicologia Escolar no Brasil. Psicologia Argumento, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 17-23, jul./set. 2005.

MALUF, M. R.. Formação e Atuação do Psicólogo Na Educação: Dinâmica de Transformação. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e formas de atuação. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994, v. , p. 157-200.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Inteligência Abstraída , Crianças Silenciadas: as Avaliações de Inteligência. Psicologia USP, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 63-89, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107579> Acesso em: 12 out. 2021.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, n.4, ano 23, p.64-73, 2003.

RODRIGUES, H.C.B. Direitos humanos e intervenção clínica. In: RODRIGUES et al. Psicologia, ética e direitos humanos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, p. 54-68.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de et al . Atuação do psicólogo na educação: análise de publicações científicas brasileiras. Psicol. educ., São Paulo , n. 38, p. 123-138, jun. 2014 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 03/11/2021

TANAMACHI, E. de R. & MEIRA, M. E. M. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação. In: MEIRA, Marisa Eugênia Mellilo & ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. (orgs). Psicologia Escolar: Práticas Críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 11-62

ZUCOLOTTI, Marcele Pereira da Rosa . Contribuições da psicologia à educação básica e o problema da psicologização da educação: uma revisão narrativa. Revista HISTEDBR On-line , v. 18, p. 1195-1208, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652472> Acesso em 03/11/2021